

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
POLITERM INSTRUMENTOS DE M

CNPJ 32.723.838/000
NIRE 35.209.206.76



JUCESP PROTOCOLO
0.285.759/24-3



Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

CARLOS ALBERTO HERRERO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 4.859.795-8-SSP/SP e CPF/MF nº 518.886.618-87, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Jaci, nº 101 – Apto. 194 – Bairro Chácara Inglesa – CEP 04140-080, e **JANETE APARECIDA REZENDE HERRERO**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de Identidade RG nº 5.993.068-8-SSP/SP e CPF/MF nº 676.128.578-04, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Jaci, nº 101– Apto. 194 - Bairro Chácara Inglesa – CEP: 04140-080, únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada que gira nesta Capital sob a denominação social de **POLITERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.**, com sua sede social nesta Capital à Rua Afonso Celso, nº 1629 – 8º andar - Bairro Vila Mariana - CEP 04119-062, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESP sob nº NIRE 35.209.206.763 em sessão de 11/04/1990, sendo a última alteração registrada e arquivada na JUCESP sob nº 362.677/04-9 em sessão de 23/08/2004, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 62.723.838/0001-60, tem entre si justo e contratado a alteração do seu contrato social primitivo pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Resolve os sócios alterar o porte da empresa para EPP.

CLÁUSULA SEGUNDA

Resolve os sócios adaptar e consolidar o contrato social de acordo com o novo Código Civil Brasileiro Lei nº 10406 de 10/01/2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação, ficando assim expressamente revogadas as cláusulas anteriormente vigentes:

POLITERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.

CONTRATO CONSOLIDADO

1. **DENOMINAÇÃO SOCIAL:**
1.1 A sociedade terá a denominação social de **POLITERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.**
2. **OBJETIVOS SOCIAIS:**

2.1 A sociedade tem por objetivos sociais:

- a) Exploração do ramo de comércio, importação e exportação, representação e assistência técnica de instrumentos de medição, máquinas e equipamentos e demais artigos concernentes ao ramo.

3. **SEDE SOCIAL:**

3.1 A Sociedade terá sua sede social nesta Capital à Rua Afonso Celso, nº 1629 – 8º andar - Bairro Vila Mariana – CEP: 04119-062 - São Paulo/SP, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, escritórios e representações dentro ou fora do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo para os fins de direito.

4. **DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

- 4.1 A sociedade iniciou suas atividades em 11/04/1990.
4.2 A duração da sociedade será por tempo indeterminado.

www.cenad.org.br

5. CAPITAL SOCIAL

5.1 O capital social é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta reais) divididos em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- O sócio **CARLOS ALBERTO HERRERO**, é titular de 75.000 (setenta e cinco mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil Reais), totalmente integralizadas em moeda corrente do país.
- A sócia **JANETE APARECIDA REZENDE HERRERO**, é titular de 75.000 (setenta e cinco mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando a importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil Reais), totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

5.2 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social., nos termos do Artigo 1052 do Código Civil, Lei n.º 10.406/2002.=

5.3 As quotas são indivisíveis em relação a sociedade e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos quotistas, assim como as alterações contratuais poderão se processar mediante deliberação dos quotistas representando 75% (Setenta e cinco por cento) do capital social.

5.4 Nenhum dos quotistas poderá ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título que seja, total ou parcialmente, as quotas de que são proprietários, sem prévio e expresso consentimento de quotistas, representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, aos quais assistirá o direito de preferência de aquisição.

6. CESSÃO DE COTAS

6.1 As cotas são livremente transferíveis entre os sócios.

6.2 No entanto, nenhum sócio poderá transferir ou ceder as suas cotas a terceiros sem o prévio consentimento do outro sócio.

6.3 A concorrência será dada preferencialmente no próprio instrumento de alteração do contrato social.

6.4 Será ineficaz a cessão ou a transferência de cotas feitas com infração às regras estabelecidas neste contrato.

7. ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

7.1 A administração da sociedade será exercida por todos os sócios em conjunto ou isoladamente, os quais representarão a sociedade em juízo ou fora dele, bem como a assinatura de cheques e demais documentos necessários à movimentação de contas bancárias.

7.2 Os sócios poderão outorgar procurações "ad iudicia" e "ad negotia" em nome da sociedade, especificando nos respectivos instrumentos de mandato, os poderes conferidos ao procurador.

7.3 É expressamente vedado o uso da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais, tais como avais, fianças, cauções, atos de favor, ou quaisquer outros que exorbitem dos objetivos sociais.

7.4 A remuneração a ser percebida pelos sócios, a título de "pro- labore" será de comum acordo pelos quotistas e contabilizadas como despesas gerais da sociedade.

8. EXERCÍCIO SOCIAL

8.1 O exercício social coincide com o ano civil e, anualmente, todo dia 31 de dezembro, será procedido o levantamento do Balanço Geral e a Demonstração de Resultados do Exercício, deliberando os sócios quanto a destinação dos resultados apurados.

9. FALECIMENTO E/OU EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

9.1 O falecimento ou interdição de um dos sócios não dissolverá a sociedade, exercendo o direito do sócio falecido ou interditado os herdeiros ou sucessores.

9.2 Em caso de extinção da sociedade, os sócios nomearão, de comum acordo, um liquidante, com plenos poderes para liquidá-la, agindo ele de acordo com a legislação vigente.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

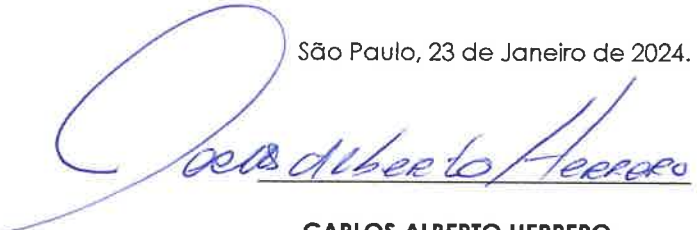
10.1 As omissões ou dúvidas que possa surgir no presente instrumento serão resolvidas com base no novo Código Civil Brasileiro e noutras disposições legais aplicáveis às sociedades de responsabilidade limitada.

11.1 É competente para conhecer e julgar todas as ações decorrentes deste contrato o Foro Central da Comarca de São Paulo, SP.

11.2 Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ,contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011§ 1º, CC/2002.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, o que fazem juntamente com as duas testemunhas abaixo, arquivando-se a primeira via para que produza os efeitos legais.

São Paulo, 23 de Janeiro de 2024.


CARLOS ALBERTO HERRERO

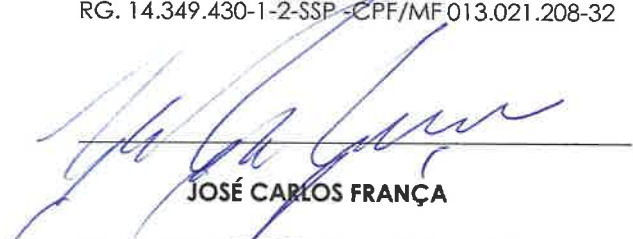

JANETE APARECIDA REZENDE HERRERO

TESTEMUNHAS:



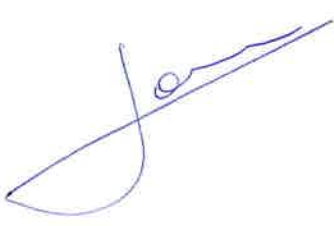

IRACI DOS SANTOS –

RG. 14.349.430-1-2-SSP - CPF/MF 013.021.208-32


JOSÉ CARLOS FRANÇA

RG. 21.277.910-2-SSP/SP - CPF 106.958.878-40





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



JUCESP PROTOCOLO
0.285.758/24-0

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP



NOME EMPRESARIAL

POLITERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA

3520920676-3

DECLARAÇÃO

A Sociedade POLITERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 11/04/1990, NIRE: 3520920676-3, CNPJ: 62.723.838/0001-60, estabelecida na Rua Afonso Celso, 1629,8 ANDAR, BAIRRO: Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP:04119-062, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

LOCALIDADE

São Paulo - SP

DATA

23/01/2024

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

NOME

CARLOS ALBERTO HERRERO (Socio)

ASSINATURA

ASSINATURA

NOME

JANETE APARECIDA REZENDE HERRERO (Socio)

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

ETIQUETA DE REGISTRO

JUCESP
28 FEV. 2024
SINDICIAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL

801.862/24-3

JUCESP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JORGE HENRIQUE MASSARO, em quinta-feira, 29 de fevereiro de 2024 14:50:25 GMT-03:00, CNPJ: 14.145.310-10 - TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.